

## O PAPEL DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL NA SOCIEDADE COLONIAL<sup>1</sup>.

Celma Faria de Souza Burille<sup>2</sup>.

**RESUMO:** Esse artigo foi originalmente apresentado ao final do módulo História da Mulher, no curso de Mestrado pela UFPR e depois reorganizado para ser apresentado como texto para a oficina do DEB Itinerante/2010, no NRE de Cascavel. O mesmo pretende refletir os conflitos entre homens e mulheres: uma questão de relações de poder, através das ideias de Foucault, que afirma que o poder está em todas as partes, que o poder reprime, mas produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades e práticas. Pretende também conhecer um pouco da trajetória e a importância do papel da mulher na formação da sociedade brasileira, para entender a sua organização, bem como as transformações na sociedade brasileira ao longo da história, do período colonial até a atualidade, para compreender as mudanças ocorridas ao longo da história; qual seu papel na sociedade. Atualmente a mulher tem múltipla jornada: casamento, casa, filhos e trabalho. Muitas responsabilidades sociais e muitas cobranças: da família, do marido, da escola, da igreja. A grande questão que se coloca hoje para a mulher é: “Ser ou não Ser – Amélias, Giseles ou Zilda?!” Trataremos um pouco do papel da mulher na formação da sociedade brasileira através de algumas ideias de 03 historiadoras brasileiras: Maria Odila Leite da Silva Dias, Leila Mezan, Mary Del Priori.

**PALAVRAS-CHAVES:** Mulher; Poder; Submissão.

Atualmente, os historiadores querem alcançar um novo público, interessado em sentimentos, emoções cotidianas, etc. Histórias que tem mais a ver com o povo, com cada um de nós, da nossa vida, do que a história de reis, príncipes, presidentes, etc., tão distante das nossas realidades.

O interesse é recapturar algo da história do passado, de manifestações do passado, mas de maneira sistemática e científica. Uma nova forma de encarar a história.

É importante destacar que ela é um prolongamento da história local, uma vez que a história total é impossível de abarcar. Mas através dela – da história no sentido mais micro – se consegue conhecer a história global.

Os textos em discussão se propõem a contribuir para essa “recaptação” do passado da história das mulheres e põem em xeque a visão da mulher na sociedade

---

<sup>1</sup> Artigo original apresentado ao final do Módulo de História da Mulher, no curso de Mestrado em História da UFPR em 2009 e no DEB Itinerante de 2010 em Cascavel-PR.

<sup>2</sup> Mestre em História pela UFPR; professora da rede estadual do Paraná, na cidade de Cascavel.

colonial pela Igreja Católica na sua idealização cristã e no projeto de colonização europeia portuguesa, demonstrando seu poder informal, nas tramas e nas teias de interesses que teciam ao longo dos espaços a elas determinados.

Inicialmente, Maria Odila Leite da Silva Dias descreve uma São Paulo urbana do século XIX desigualmente distribuída, com muito mais homens do que mulheres. E que essa realidade se estendia para as regiões mais novas, como o Paraná, Goiás e Minas Gerais. Principalmente mulheres brancas de elite. A autora usa nesse texto documentos como textos dos jesuítas, manuscritos de escritores da época como Mário de Andrade, as cartas de registros de viajantes, diários, documentos oficiais, relatórios de autoridades ao rei, testamentos de mulheres. Ela faz uma abordagem política sobre o papel da mulher na sociedade colonial paulista e mineradora, trabalha com as mulheres que buscavam seus espaços na vida pública, contradizendo o “mito da mulher ausente”, mulheres que não aceitavam seu papel imposto pelo modelo europeu cristão naquela sociedade.

No texto a autora deixa evidente o mito da mulher ausente, uma mulher que não existia, uma mulher idealizada pela sociedade colonial. O mito da mulher vista pelos homens, principalmente pelos jesuítas. Evidencia também a forma que ela determinava o seu lugar na sociedade colonial. A autora dá uma ênfase às diferenças na opressão das mulheres, da “pobreza recolhida”, das mulheres brancas pobres e solteiras, que se escondiam atrás de mantos negros e que só saíam às ruas à noite, já que eram proibidas de trabalharem, rejeitadas por aquela sociedade, pelo sistema de colonização que existia. Um sistema cruel que faziam com que elas se tornassem “donas ausentes”, como se realmente faltassem mulheres na colônia. Esse sistema que fazia com que se tivesse saudades de uma mulher que não existia, de uma mulher ideal, inatingível, que só existia na visão machista luso-brasileiro.

A ideia de uma mulher ideal e ausente teria lugar naquela sociedade de valores sociais de dominação, onde se reforçava sempre esse estereótipo, que se tornava impossível de as mulheres reais, de carne e osso, pobres, brancas ou negras, seguirem.

Nessa sociedade convencional ficavam evidentes as tensões racistas, as transgressões e desordem que se encontravam no dia-a-dia: os concubinatos com mulheres de cor, que se apresentavam nos espaços públicos. Mulheres mestiças ou negras que eram tratadas de maneira terrível – as “índias da terra”, as “mamalucas”, as “mulheres de infecta nação reprovada”, segundo a autora, vistas como “objeto sexual, suspeita de prostituição e maus costumes, a que inevitavelmente associavam assuntos

como filiação duvidosa e paternidade difícil de ser provada” (DIAS, 1984, p. 64-65). Ou criticadas e discriminadas quando as escravas e mucamas domésticas, mulatas forras se vestiam ricamente, sustentadas por homens ricos da corte, como foi o caso de Chica da Silva. Ou as formas como as índias se vestiam - seminuas.

Aliás, havia críticas quanto à forma de se vestirem dos paulistas, os novos ricos, que eram ridicularizados pelos viajantes e pelas autoridades. O luxo que se contradizia com a pobreza e a sujeira daquele espaço urbano. A ausência das mulheres se explicava por essa precariedade do espaço público urbano, que era muito recente, e não havia nem calçadas, o lixo sendo amontoados nas ruas, além da violência dos tropeiros. A mulher que saía para esse espaço, obrigada a enfrentar tudo isso eram as escravas domésticas. Assim, a ausência da mulher branca era interpretada como consequência do costume patriarcal. O costume burguês de sair às ruas, às compras, demorou a se estabelecer. As mulheres eram obrigadas a ficar dentro dos espaços familiares ou dos conventos e recolhimentos. E quando se apresentavam nos espaços públicos era ostentando luxo muito grande. Mas poucas tinham esse privilégio. Como a maioria era pobre, ou iam para os seminários ou serviços domésticos como agregadas. E assim eram obrigadas a se esconder sob os mantos negros. Mantos esses que chegaram a ser proibidos em São Paulo.

O casamento era outro problema, muito raro naquela sociedade. Os concubinatos eram muito comuns e isso também era motivo de preconceito e discriminação. Ainda segundo a autora (DIAS, 1984, p. 71), era marcante:

Presença majoritária de mulheres solteiras, pardas e forras... Em São Paulo, eram as brancas empobrecidas que se multiplicavam num processo avassalador. A economia não era capaz de absorver o crescimento vegetativo da população, nem mesmo dos brancos, que seria em princípio parte integrante do sistema de hegemonia.

Naquela sociedade de valores cristãos europeus (cor, língua e religião), onde havia desequilíbrio muito grande entre os sexos na população, o papel da mulher branca era muito claro – reproduzir e transmitir propriedades e símbolos dos colonizadores. As mulheres brancas eram vigiadas constantemente e de perto, sendo criticadas até de falarem a língua indígena com suas “indiada”, proibidas de facilitar costumes judaicos ou se relacionar com homens negros ou mestiços. Ela era responsável por essa função nova de poder nas colônias, das convenções formais impostas. Como aqui não tinha esse tipo de mulher ideal, tratou-se de forjar sua existência. Trazia-se de Portugal órfãs e

até mesmo mulheres de passado duvidoso que aqui se transformava em “grande damas, rezadeiras e virtuosas”.

Aqui na colônia, as mulheres brancas passam a ter papel fundamental na liderança social: de negócio, fundadoras de capelas, curadoras, administradoras de fazendas, líderes políticas locais, chefes de família e de política, tinham direito de heranças, seus maridos não podiam dispor da propriedade do casal sem seu consentimento, podiam pedir divórcio dentro dos cânones da Igreja. Ou seja, tinham papel ativo na sociedade, longe da clausura e passividade pregada. Como era uma sociedade em que a presença do homem em casa era rara, a mulher se via obrigada a assumir papéis masculinos.

A autora chama a atenção para o fato de a mulher ter sido vítima de muitos estereótipos na historiografia brasileira, que precisam ser reconstruídos, pois ela teve papel fundamental de união e mediação das tensões sociais no processo de colonização, uma atuação cotidiana e improvisada nessa sociedade colonial, que as fontes oficiais não mostra. Mulheres que deram trabalho às autoridades, que incomodaram. Por isso, eram obrigadas às imposições machistas existente. As filhas eram colocadas nos conventos para não se desvirtuarem e se preparar para o casamento. Mas também tinham influências importantes, determinantes na sociedade, em processos, na administração pública, nas intrigas políticas locais.

A autora Leila Mezan Algranti discute o grupo de mulheres que não aceitavam as imposições da sociedade da época colonial, que as tratavam como submissas e inferiores. Sua abordagem também é política e seus referenciais são documentos como os estatutos e os registros de entrada das casas de recolhimento, as cartas dos bispos, das freiras, as cartas régias, as memórias, manuscritos e relatos dos padres, os discursos políticos.

Segundo a autora, havia uma grande resistência da Coroa com a criação de conventos no Brasil, porque a política era de estimular o casamento, para a reprodução daquela sociedade.

Para além disso, a autora observa que lugar de pobreza no Brasil colonial não era apenas nas famílias, mas também nos conventos. Os recolhimentos de mulheres que existiram a partir do século XVII eram muito pobres. Os recolhimentos tanto eram utilizados por aquelas que iam para a vida religiosa, quanto para aquelas que iam se casar, para “guardar a honra”. Mas, longe da família, esse espaço se revelava lugar de

independência, de sociabilidade, de autonomia, de liberdade maior do que se estivessem com suas famílias.

Mas essa falta de cumprimentos de normas internas não era privilégio do Brasil. Na Europa também era um grande problema para as autoridades da Igreja, como a presença de padres e de estranhos nos claustros femininos. Mas, no Brasil, como os conventos e recolhimentos atendiam a outros interesses também, o cumprimento da disciplina e o respeito às normas internas eram mais difíceis ainda. Para a autora, “a falta de vocação e da presença de escravas, dificuldades financeiras, superlotação das casas e pouca atenção por parte dos prelados permitiram abusos que facilitaram o estabelecimento de um clima de independência e indisciplina das mulheres” (ALGRANTI, 1993, p.213).

Aliados a isso, havia também a falta de verbas ou a má distribuição das rendas, além do grande número de mulheres que acabava superlotando as casas. A despesa dos conventos e recolhimentos se tornava muito grande por causa da superlotação, da isenção de dotes, das propinas que era concedida a algumas mulheres, o grande número de escravas tanto particulares quanto dos conventos. Mulheres que recebiam presentes da família por causa das necessidades ou mesmo para decorar suas celas, mesmo sendo proibidas. E o maior de todos os pecados: a entrada de estranhos na clausura.

Nos conventos, as mulheres podiam exercer até cargos de direção e comando. Contavam com a ajuda dos homens para auxiliá-las na administração, mas eram elas que governavam. E dentro deles, a hierarquia da colônia era imposta também, com poucas mulheres chegando ao poder. Reproduziam lá dentro a mesma organização social de fora dos claustros. Faziam desses, espaços de sociabilidade e cultura feminina. Formavam famílias particulares dentro dos conventos, com serviços de escravas particulares como se estivessem em suas próprias casas. Isso atrapalhava a autoridade e a disciplina dentro dos conventos. Um lugar que deveria respeitar o claustro e a pobreza que contrastava pela ostentação de algumas mulheres, que se recusavam a obedecer as normas internas. Escravas que fugiam, desrespeitando a autoridade de suas donas.

Muitas dessas mulheres que viviam nos conventos e recolhimentos se recusavam até a aprender o latim e o ritual, para não serem obrigadas a comparecer ao coro. Como já eram obrigadas pelas famílias a irem para os conventos e recolhimentos, não se sentiam na obrigação de obedecer aos rituais impostos. Além disso, existiam denúncias de crimes de solicitação, provocadas por causa da aproximação delas entre seus confessores.

Porém, mesmo os conventos e os recolhimentos sendo lugares de sociabilidades das diferentes mulheres que viviam ali, eram também lugares de quem realmente tinha vocação, devoção. Era lugar que recebia aquelas que eram obrigadas a ficar lá, e também aquelas abandonadas pelas famílias. Mas elas conseguiam transformar aquele lugar, moldá-lo aos seus interesses. A autora afirma que “reuniam-se, portanto, nas clausuras coloniais experiências múltiplas de vida. Havia um destino a perseguir, um destino para cada uma, mas que elas moldavam a seu gosto, assim como colaboraram para imprimir os contornos que as instituições assumiam” (ALGRANTI, 1993, p.238).

A autora também discute uma questão muito controversa no século XVIII, a educação das meninas – a clausura provisória.

Naquela época, a educação das meninas era muito superficial, diferente da dos meninos, para que elas pudessem apenas reproduzir a sociedade em que viviam. Nesse sentido, em Portugal, a educação das mulheres passa a ter importância apenas porque elas seriam responsáveis pela educação dos filhos e para que segurassem seus maridos dentro de casa, impedindo-os de procurar diversão fora.

Os conventos e os recolhimentos eram as únicas opções de cultura e educação para as mulheres, além da instrução doméstica, até o século XIX no Brasil colônia. Até porque o que se esperava das mulheres era que fossem boas esposas e boas mães, e esses lugares de recolhimentos nada mais era, na realidade, do que centros de correção das ‘desonradas’, ou de preservação da honra feminina. Então, não se via maior preocupação além de ensinar a ler e a trabalhar com as agulhas.

Os conventos não eram nem escolas nem conventos e serviam a vários propósitos na vida das mulheres. Segundo Algranti, somente no fim do século XIX e início do XX, as instituições de reclusão feminina tomam outras funções.

Por último, a historiadora Mary Del Priore discute os efeitos da pobreza, da exclusão, que vem se mantendo no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais. É uma pobreza com feição feminina e que tem cor. Ela discute os grupos de mulheres pobres, em ajuda mútua, que formavam uma rede de solidariedade, mas que, por outro lado, percebe-se uma grande solidão nessas mulheres. A sua abordagem também é política e seus referenciais são as documentações usadas no estudo dos processos de divórcios e eclesiais.

A autora lembra que o Brasil, nos três primeiros séculos, teve uma grande movimentação interna, de “fluxos e refluxos humanos”, principalmente de homens, e

isso representou um afrouxamento dos costumes cristãos – religioso, moral e social, pregados pela coroa portuguesa tanto na metrópole quanto na colônia. Para conseguirem sobreviver aqui, precisaram desenvolver um “jeito” de burlar essas imposições. Porque, segundo a autora (DEL PRIORE, 1993, p.44), o objeto único da metrópole e da Igreja era “o adestramento social da população na Colônia, adestramento que deveria orientá-la para o trabalho organizado e produtivo”.

À mulher coube o papel de santa-mãezinha para dar a base para a construção da família ideal, reproduzindo os ideais cristãos e a procriação da população, num projeto de Estado moderno e de cristianização. Era o controle do invisível sobre o visível no cotidiano de tantas mulheres, que acabavam ficando sempre sozinhas, uma vez que o processo de colonização proposto obrigava o nomadismo dos homens. Elas eram obrigadas a ficar sozinhas e ainda escolher entre ser um exemplo de moral ou se tornar uma desqualificada aos olhos dos outros, demonizada por todos e ainda excluída do convívio social.

O papel da santa-mãezinha era uma imposição para impedir contravenções e desordens, para que as autoridades, tanto civis quanto religiosas, sistematizassem a organização da colonização. Para opor ao comportamento confuso e libidinoso da mulher negra, mulata, índia e até das brancas pobres. E nesse papel, as mulheres deram a revanche: passou a ter poderes discretos e informais, desmentindo a ficção do poder masculino na sociedade colonial. Aceitando o papel que a Igreja determinava a elas, indiretamente assumiam grandes poderes naquela sociedade machista. Nesse papel, muitas vezes se livravam da exploração doméstica e sexual, das humilhações, abandono e violência.

Assim, a autora (1993, p.46), afirma que a maternidade igualava a todas - racial, cultural e economicamente e servia de instrumento de integração feminina ao projeto colonial. Mas existiam muitos tipos de maternidade – as dentro do casamento, as solteiras, as concubinas duradoura ou passageira. Mas com todas essas diferenças sociais, a maternidade fazia surgir entre elas uma rede de solidariedade enorme, que não se percebia em outras instâncias na vida colonial.

A autora lembra também que no Brasil da era colonial a maioria das famílias era nuclear, diferentemente do que vários autores mostraram, como Gilberto Freyre. E ainda com um número enorme de mulheres que chefiavam suas famílias sozinhas, com seus filhos sendo criadas por irmãs, comadres, vizinhas, etc.

Além disso, como o casamento era raro entre os da classe menos favorecida, muitas mulheres viviam uniões informais, formadas pelo amor, fato que não ocorria na maioria dos casamentos entre a elite, pois a maioria acontecia por interesses econômicos. A Igreja aceitava, ou melhor, tolerava essas uniões, desde que o casal partilhasse a mesma casa, vivendo como “marido e mulher” e prometessem casar oficialmente no futuro. Muitos acabavam oficializando com medo de sofrer as penas do inferno. Ao realizar a oficialização do matrimônio, as mulheres eram magnificadas e os filhos sacralizados. Mas mesmo as que não conseguiam oficializar continuavam tendo filhos e se unindo com outros homens, numa clara afronta ao sistema imposto pela Coroa e a Igreja. Até porque, a mobilidade dos homens fazia com que as que eram casadas oficialmente e as que eram concubinas não se diferenciassem muito. Todas elas eram chefes de seus lares nas duas situações.

Outra coisa comum naquela sociedade de homens nômades que a autora revela era o costume das mulheres receberem seus maridos com filhos de outros companheiros que passaram por suas vidas, de criarem os filhos de seus maridos com outras, que os abandonavam, demonstrando grande solidariedade, generosidade, fazendo com que o amor materno fosse além da questão biológica. Claro que isso ocorria por causa da extrema pobreza em que essas mulheres viviam. Era necessário que alguém desse um “estado mais conveniente” às crianças. Mas isso não as impediam de terem ciúmes das amantes, dos frutos ilegítimos do seu marido, provas constantes da má conduta deles. Além disso, essa aceitação, esse entrelaçamento e afinidades eram mais importantes entre os vizinhos, famílias, do que das bênçãos da própria Igreja.

A autora esclarece que o poder matrifocal e o sentimento maternal era tão presente que uma concubina deixava que a esposa cuidasse de seu filho quando no leito de morte, pondo em xeque a submissão da mulher, apregoado pela Igreja. Muitas escravas aceitavam ser concubina em troca do status de ter um filho mais claro, da liberdade, da alforria. Outras mulheres, até brancas, denunciavam a violência que sofriam de seus maridos, ou até mesmo “calúnias” feitas por eles. Mas ao fazer isso, a Igreja considerava que elas estavam cometendo uma ilegalidade, colocando em xeque também o matrimônio. Ele não seria necessário, portanto, para a procriação da espécie. Isso era grave para a Igreja, era um risco para a sua permanência e controle social. Por isso, era importante adestrar a mulher, torná-la importante dentro do matrimônio e demonizar as “pecadoras” que não cumpriam essas normas. Isso reafirmava o poder da

Igreja, com suas regras impostas de cima para baixo. Segundo a autora, modelos a serem seguidos:

A situação de destaque da mulher no quadro de relações concubinárias vinha, por outro lado, incentivar a Igreja a irradiar um discurso normatizador cujo objetivo era valorizar o casamento e, dentro dele, as funções da maternidade, a fim de converter as populações femininas a um modelo de comportamento que fosse útil ao projeto civilizatório e colonizador. (DEL PRIORE, 1993, 66).

No capítulo 02, Mary Del Priore discute as mulheres seduzidas e mães abandonadas, para compreender a construção do papel da mãe no período colonial. Muitas mulheres que eram seduzidas, abandonadas e esquecidas, vítimas de humilhações dos vizinhos, faziam com que o matrimônio passasse a ser prestigiado e a Igreja convencesse a população das vantagens do casamento.

Nos processos contra os homens que abandonavam suas namoradas, não se discutia a inocência delas, que muitas não eram mesmo, mas contavam com a conivência da Igreja para conseguir casar com eles. Elas eram arditas nos tribunais eclesiásticos, sabiam o que queriam e a Igreja as apoiava, porque assim as controlava melhor, mais de perto.

A autora evidencia como o casamento era visto de forma diferente entre homens e mulheres no período colonial, numa clara tensão entre os papéis de cada um naquela sociedade. Os homens o consideravam uma prisão, por causa de sua vida de lugar em lugar, as mulheres o via como a estabilidade desejada. As mulheres, então, usavam de seus poderes e estratégias informais com as instâncias superiores (leia-se Igreja) para conseguir o que queriam. A Igreja usava essa estabilidade do casamento desejada pelas mulheres para controlá-la e construir os alicerces da “santa mãezinha”.

As três autoras trazem uma contribuição muito grande ao debate das representações que as instituições faziam das mulheres no período colonial, da localização da mulher na sociedade. Elas contribuem para o entendimento da sua existência real, não apenas a formal que essas instituições faziam delas. Para que conheçamos e entendamos a história das mulheres, é importante localizá-la no seu espaço real, dentro da sua dimensão real, com suas dificuldades e miséria – social, sexual, etc.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

As autoras trabalham com o mesmo universo social – as mulheres nos seus espaços de vivência, e como elas usavam desses espaços para conseguir alcançar seus objetivos, burlar a sociedade machista e conservadora que se formava pelo projeto de colonização europeia e cristã, através do seu poder informal, das tramas e das teias de interesses que teciam ao longo desses espaços. Nesse sentido, os textos são de uma riqueza muito grande para compreender o papel das mulheres na organização do espaço social no período colonial.

Para construir o cotidiano das mulheres no período colonial, as autoras pesquisaram outras fontes onde mostram as mulheres reais. Mulheres verdadeiras, de carne e osso, sofredoras, miseráveis sexual e socialmente, lutadoras, heroínas de suas próprias histórias, não aquela mulher imaginária, do ideal de mulher que não existia, da “santa mãezinha” apregoada pela Igreja Católica.

Mulheres perspicazes que conseguiam demonstrar ingenuidade, aparente obediência, mas que revertiam em benefício próprio, que usavam de artilosidade, de esperteza para conseguir casar com os homens que as tinham abandonado. Mulheres que viviam numa pobreza muito grande, que se viam obrigadas a aceitar violência de seus maridos, violência até contra suas próprias filhas, com incestos que ocorriam debaixo de seus olhos. Mulheres que se viam obrigadas a vender seus próprios corpos, prostituindo-se para garantir sustento de seus filhos, que deixavam de ser a alegria para se tornar mais uma boca a alimentar. Mulheres que teceram uma rede de solidariedade entre si, para que pudessem sobreviver naquele mundo selvagem do período colonial.

Através dos textos, podemos perceber que conhecer a história da humanidade passa pela reconstrução da história das mulheres, para localizá-la no seu espaço de poder informal ao longo da história do Brasil.

Para nós, historiadoras do século XXI é importante esse resgate, essa valorização para dar conta da real história do nosso cotidiano.

#### **REFERÊNCIAS:**

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. RJ: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993, p. 211-261.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo** – condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Brasília: Edunb, 1993, P. 43-101.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder** em São no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 62-82.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2008.